



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16a Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

HISTÓRIA DO PENSAMENTO, HISTORIOGRAFIA E METODOLOGIA

Estatísticas Nacionais e História Econômica: crescimento, flutuações e desigualdade de renda

National Statistics and Economic History: growth, fluctuations and income inequality

Guilherme Grandi; FEA/USP; ggrandi@usp.br

RESUMO: Busca-se neste artigo examinar o desenvolvimento das técnicas de sistematização e mensuração das variáveis macroeconômicas ao longo do século XX. O objetivo é discutir a consolidação das estatísticas e das contas nacionais por meio da análise dos trabalhos de importantes historiadores econômicos, particularmente Simon Kuznets, Ernest Labrousse e Jean Marczewski. Discute-se também alguns estudos selecionados que analisam a disparidade de renda entre países e os desafios que acompanham a tarefa dos pesquisadores de estimarem os níveis de riqueza e pobreza de sociedades, por vezes, significativamente distintas dos pontos de vista cultural e institucional. Encerra-se o artigo com algumas considerações finais julgadas pertinentes à reflexão que vincula a origem das contas nacionais com a área de estudo da história econômica.

Palavras-chave: Estatística; Contas nacionais; História Econômica.

ABSTRACT: This paper seeks to examine the development of systematization and measurement techniques of macroeconomic variables during the twentieth-century. The aim is to discuss the consolidation of statistics and national accounts through the analysis of the works of important economic historians, particularly Simon Kuznets, Ernest Labrousse, and Jean Marczewski. Some selected studies that analyze income disparity between countries and the challenges of estimating levels of wealth and poverty in different societies are also discussed. The paper closes with some final considerations deemed relevant to the reflection that connection the origin of national accounts with the field of economic history.



Keywords: Statistics; National accounts; Economic History.

Introdução

Deirdre McCloskey, no livro *Os pecados secretos da economia*, afirma que no século XVIII os estados europeus, “da Suécia a Nápoles”, iniciaram a coleta e sistematização de dados seriados sobre preços, quantidade de metais preciosos e balanços de comércio em geral, e que, nesse sentido, alemães e italianos acabaram popularizando o termo “estatística”¹, noção que deriva da própria ação do Estado de organizar seus “grandes números”. Mas, pergunta-se: qual teria sido a motivação dessas autoridades estatais em dimensionar tais informações? Afinal, qual era o propósito desses levantamentos de dados existente nessa época a qual podemos chamar de proto-estatística?²

Seria demasiadamente pretensioso da nossa parte oferecer respostas categóricas a essas questões; aliás, este intento não está especialmente contemplado entre os objetivos do presente artigo. O que se deve ponderar preliminarmente, no entanto, é que Adam Smith foi um dos primeiros a chamar atenção para a importância de se dimensionar o nível da atividade econômica dos estados nacionais. De acordo com Lee Craig (2013, p. 24), Smith, ao seu estilo eloquente e problematizador, colocou as seguintes questões-chaves em seu célebre trabalho, *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*: quais seriam os limites político e geográfico a serem considerados na tarefa de mensurar a “riqueza” de uma população? Qual seria a melhor unidade de medição? E, por fim, quais deveriam ser os procedimentos metodológicos a serem empregados?

A unidade política e geográfica a ser considerada são os estados-nacionais e o conceito de riqueza, utilizado por Smith, refere-se ao que se entende por uma medida de estoque, na qual está implícita a ideia de que o fluxo de bens e serviços consumidos

¹ “Estatística” advém do termo “Estado”, ou do latim *status*, e o seu significado atual decorre da utilização, desde o século XVIII, de técnicas de tratamento de dados numéricos com o objetivo de reunir, sistematizar e apresentar as informações e contas do Estado. Para Julio Aróstegui (2006 [2001], p. 544), a estatística, em sua origem, pode ser definida como um ramo da matemática que consiste na ciência que descreve quantitativamente os fatos relativos ao Estado.

² O período (ou a fase) proto-estatístico designa, segundo Moura Filho (2008, p. 57), uma “época anterior às práticas modernas de coleta e organização de estatísticas, para a qual os dados são escassos e, além do mais, há grande incerteza sobre seu significado”.



pelos cidadãos seria o indicador básico da riqueza gerada por uma nação, isto é, pela economia nacional. Nesse sentido, o autor adquire um papel histórico extremamente relevante acerca da ideia consagrada sobre alguns dos principais indicadores agregados da economia de um país e, portanto, sobre o que convencionalmente denominamos hoje em dia como contabilidade nacional. O esforço de Smith, de apurar a “riqueza” das nações, se tornaria, mais tarde para todas as gerações seguintes de economistas, uma das principais tarefas da área da macroeconomia. A concepção teórica a respeito dos agregados econômicos, como produção, consumo e renda é, portanto, herdeira direta do pensamento smithiano.

A hipótese básica do seu afamado trabalho de 1776 é a de que o valor de troca dos bens é igual ao valor do trabalho utilizado na produção desses mesmos bens. Assim, matematicamente, a soma do valor total das trocas econômicas durante um certo período de tempo, isto é, a somatória do valor comercializado de todos os bens e serviços, corresponderia a uma estimativa agregada da renda nacional. Smith (1983 [1776]) pontua os seus objetivos de pesquisa no “*Plan of Work*” do Livro Primeiro de *A riqueza das nações*: “*as causas do aprimoramento das forças produtivas do trabalho*” e a forma como a “*sua produção é naturalmente distribuída entre as diversas categorias do povo*”.

Enquanto Smith e outros autores da economia política clássica, como Thomas Malthus, David Ricardo e Karl Marx, teorizavam sobre as fontes e a forma de distribuição da renda nacional por meio da teoria do valor, haviam aqueles menos proeminentes que, de acordo com Craig (2013, p. 25), buscavam tão somente encontrar uma maneira consistente de mensurar a atividade econômica de modo agregado e, assim, captar a ocorrência ou não do incremento da economia.

Entre as décadas de 1760 e 1780, o comerciante e agricultor inglês Arthur Young realizou uma série de viagens pela Inglaterra, Irlanda, França e Itália com um propósito auspicioso e bem definido: levantar o maior número possível de informações sobre a atividade agrícola dessas localidades. Este seu objetivo ia ao encontro da crença que predominava à época acerca da geração de riqueza, a saber, de que a prosperidade nacional dependia fundamentalmente da produção agrícola. Em seu trabalho intitulado *The Farmer's Tour Through the East of England*, publicado em 1771, Young explicitou



o caráter de seus *tours*, visando compor um amplo *survey* sobre a agricultura britânica e europeia:

I am now come to a part of my undertaking, which I esteem of greater national importance than any other; it is particulars of farms. From the average of a great number we may certainly be able to calculate with much truth the general state of the whole kingdom; respecting the application, product and value, of the soil; the livestock it carries, and the people it maintains.... [T]his method of coming at the real state of the nation, respecting its agriculture, is the only one tolerably sure, and that is not open to an infinity of objections and errors. A book containing these particulars of all the farms in the kingdom, I should esteem the pocket book of a *British* minister; it would be as useful to *study*, as it would be tedious to read (apud ALLEN; Ó GRÁDA, 1988, p. 94).

Segundo Robert Allen e Cormac Ó Gráda (1988, p. 94), Young realizou um esforço hercúleo no intuito de computar a renda nacional e de comparar a produtividade e a lucratividade dos sistemas agrícolas de diferentes distritos da Europa, visando apurar as variações das taxas de arrendamento da terra e dos salários, de modo a mensurar os efeitos do tamanho das propriedades rurais sobre a produtividade. Tempos depois, o professor de filosofia moral da Universidade de Virginia, George Tucker, publicou uma estimativa da renda nacional dos Estados Unidos a partir do censo decenal de 1840 (TUCKER, 1843).

A exemplo das mesmas preocupações frequentemente endereçadas por economistas e historiadores econômicos dos séculos XIX e XX, os trabalhos de Young e Tucker são pioneiros – a despeito das críticas sobre seus métodos e conclusões –, pois oferecem as primeiras estimativas acerca do produto nacional da Inglaterra do século XVIII e dos Estados Unidos da primeira metade dos oitocentos, além de auxiliar na problematização de questões importantes (“*big think*”), tais como as elencadas por Ran Abramitzky (2015, p. 1246-1247): por que alguns países são ricos e outros pobres? Por que o mundo ocidental se enriqueceu e o resto do mundo não? Por que a Revolução Industrial aconteceu na Europa e não em outra região e porque no século XVIII e não em outra época? Quais fatores causaram a transição demográfica? Quais são as origens históricas do desenvolvimento e do moderno crescimento econômico? Como a desigualdade de renda se altera no longo prazo e quais as explicações de tal mudança?



De qualquer forma, foi somente ao longo do século XX que as técnicas de sistematização e mensuração das variáveis macroeconômicas evoluíram de modo significativo ao consolidar a estatística e a análise das contas nacionais. Nesse sentido, o objetivo do presente capítulo é, em primeiro lugar, discutir a importância para essa área específica de pesquisa do trabalho do economista de origem russa, radicado nos Estados Unidos, Simon Kuznets (1901-1985). Laureado com o prêmio Nobel em 1971, Kuznets é conhecido por sua extensa obra, mas especialmente por ter disseminado em seus trabalhos o principal indicador macroeconômico utilizado para se aferir o desempenho quantitativo das economias ao redor do mundo, o Produto Nacional Bruto (PNB), do qual se deriva o Produto Interno Bruto (PIB).³ Em segundo lugar, nos debruçamos sobre as contribuições de Camille-Ernest Labrousse (1895-1988), expoente da segunda geração da escola dos *Annales*⁴, e Jean Marzewski (1908-1990), do Instituto de Ciência Econômica Aplicada de Paris. Seus trabalhos tratam do comportamento dos preços e da renda na França durante os séculos XVIII e XIX, bem como das flutuações econômicas e do crescimento por meio das abordagens denominadas histórias serial e quantitativa. A terceira parte do capítulo discute alguns estudos selecionados que analisam a disparidade de renda entre países e os desafios que acompanham a tarefa dos pesquisadores de estimarem os níveis de riqueza e pobreza de sociedades, por vezes, significativamente distintas dos pontos de vista cultural e institucional. Encerra-se o presente capítulo com algumas considerações finais julgadas pertinentes à reflexão que vincula a origem das contas nacionais com a área do saber da história econômica.

A contribuição de Simon Kuznets

À época da Primeira Guerra Mundial, havia praticamente um consenso entre os economistas norte-americanos de que o conflito bélico desnudou a necessidade do governo organizar, de maneira mais sistemática, as estatísticas do país, tendo em vista

³ Atribui-se à criação do PNB ao economista australiano Colin Clark, que formulou o conceito na década de 1930 (ver em Clark, 1937). Na década seguinte, ele argumentava que o crescimento econômico envolvia necessariamente a transformação produtiva da agricultura para a manufatura e o setor de serviços.

⁴ A segunda fase dos *Annales* inicia-se em 1946, quando um dos seus fundadores, Lucien Febvre, institucionaliza o movimento ao vincula-lo à *École des Hautes Études* na França. A figura predominante dessa fase, no entanto, foi a de Fernand Braudel. Há uma vasta bibliografia sobre o assunto, de modo que as indicações a seguir são simplesmente sugestões de leitura dentre várias outras opções: Fontana (1998 [1982], Cap. 11) e Burke (2002 [1992]).



que a experiência da guerra havia revelado uma significativa falta de informações quantitativas sobre diversos aspectos, tais como preços, nível de salários, renda, oferta de alimentos, etc. Wesley Mitchell (1919, p. 234-235), economista da Universidade de Columbia, chamava a atenção para o fato de que o levantamento estatístico governamental era necessário não apenas como registro do que havia acontecido durante o conflito, mas como fator vital para o planejamento sobre o que deveria ser feito em tempos vindouros, uma vez consolidada a paz entre os países.

A *American Statistical Association* (ASA) em conjunto com a *American Economic Association* (AEA) estiveram engajadas em produzir trabalhos para o governo federal estadunidense durante a vigência da Primeira Guerra. Segundo o presidente da AEA à época, Irving Fisher (1919, p. 357), cerca de 120 membros da associação (5% dos filiados) trabalharam diretamente no governo federal em Washington ao longo desse período, no qual foram criadas no país cerca de 5.000 agências governamentais (HUGHES; CAIN, 2007, p. 450). Tanto Mitchell como Fisher tiveram um papel fundamental na criação do *National Bureau of Economic Research* (NBER) em 1920. A primeira seção do estatuto de sua fundação especificava a finalidade da organização:

To encourage, in the broadest and most liberal manner, investigation, research, and discovery, and the application of knowledge to the well-being of mankind; and in particular to conduct, or assist in the making of, exact and impartial investigations in the field of economic, social and industrial science, and to cooperate with governments, universities, learned societies and individuals (FABRICANT, 1984, p. 7).

Os primeiros diretores do NBER incluem, além de Mitchell – que foi o primeiro diretor de pesquisa da instituição –, economistas e estatísticos de reconhecida reputação, como Edwin Gay (Harvard), T.S. Adams (Universidade de Yale), John Commons (Universidade de Wisconsin), Allyn Young (Universidade de Cornell) e Nahum Stone (Fogel et al., 2013, p. 37). A agenda de pesquisa coordenada por Mitchell incluía, de início, o desenvolvimento de técnicas de mensuração da participação dos salários na renda nacional, o dimensionamento dessa renda e sua forma de distribuição, avaliações sobre o nível de desemprego e, ao final da década de 1920, sobre a flutuação dos ciclos de negócios. Em seu livro de 1927, *Business Cycles: The Problem and Its Setting*,



Mitchell discute uma série de teorias e apresenta em detalhes, pela primeira vez em um único volume, dados estatísticos sobre ciclo de negócios do período de 1908 a 1911. De acordo com Arthur Burns (1952, p. 23), tal livro está entre os estudos de economia mais importantes e, portanto, influentes de todos os tempos, ao lado de *Princípios de Economia* (1890), de Alfred Marshall, e da *Teoria Geral* (1936), de John M. Keynes.

Sob a liderança de Gay – primeiro presidente do NBER – e Mitchell, a organização obteve um expressivo sucesso em seu objetivo de calcular a renda nacional dos Estados Unidos, em termos reais e nominais, por meio da utilização de informações sobre preços já existentes e do cálculo de novos índices de preços. De acordo com Guy Alchon (1985, p. 59), essa não seria a maneira mais avançada de estimar a renda nacional líquida gerada, mas tratava-se da primeira forma mais compreensível de se avaliar os efeitos da Primeira Guerra sobre a economia norte-americana, isto é, de dimensionar os impactos sobre o volume e a distribuição da renda nacional.

Em 1930, Kuznets já havia se tornado o principal pesquisador do NBER da área de contas nacionais e, no início de 1933, em virtude de uma demanda apresentada pelo Senado Federal norte-americano, ele formou um grupo de trabalho no âmbito do Departamento de Comércio do governo com a finalidade de estimar a renda do país de 1929 a 1932. O relatório produzido foi muito bem acolhido pelas agências governamentais, que passaram a utilizar sistematicamente o conceito de renda nacional, assim como organizações de negócios em suas análises de mercado e economistas acadêmicos no âmbito das universidades (FOGEL et al., 2013, p. 53-54).

Na mesma linha de pesquisa de Mitchell, Kuznets buscou avaliar as flutuações cíclicas da atividade econômica de alguns países em seu estudo de 1930, intitulado *Secular Movements in Production and Prices*. No prefácio do livro, Kuznets deixa claro o propósito do trabalho, qual seja, o de investigar a natureza dos movimentos de longo prazo verificados na produção e nos preços, e seus efeitos sobre as flutuações cíclicas das economias. O autor considera que algumas características uniformemente observadas entre as atividades econômicas dos países, que ele as denomina de “movimentos seculares”, são elementos importantes que auxiliam na mensuração da relação entre oscilações cíclicas e as mudanças seculares subjacentes (KUZNETS, 1967 [1930], p. VII). No Capítulo II - *The statistical description of long-time movements*,



Kuznets (1967 [1930], p. 59-60) esclarece que diferentemente das variações periódicas, que correspondem às flutuações cíclicas, os movimentos seculares são contínuos e, portanto, correspondem às mudanças irreversíveis as quais dão sustentação às flutuações cíclicas de uma série temporal. Por óbvio, o critério de continuidade e irreversibilidade são relativos a alguma escala de tempo que, por sua vez, determina-se pela duração do movimento cíclico. Neste, as mudanças observadas afetam consideravelmente os resultados do procedimento adotado para determinar cada movimento secular.

A análise estatística realizada por Kuznets nesse estudo, em conjunto com os modelos matemáticos adotados (as curvas logística e de Gompertz), se revelou adequada para descrever os movimentos de longo prazo da produção, ou do volume da atividade econômica, de um número significativo de setores produtivos dos cinco países industriais mais importantes dos anos 1920 segundo o seu julgamento. A saber, Estados Unidos, Grã-Bretanha, Bélgica, Alemanha e França. Os aspectos mais comuns encontrados foram o declínio (no caso de algumas indústrias) e o atraso da taxa de crescimento industrial desses países ao longo do tempo. Dentre os fatores que mais influenciaram a variação da produção, Kuznets (1967 [1930], p. 325-326) destaca as mudanças nas técnicas industriais, embora reconheça a relevância das flutuações de preços e de outros fatores, tais como o impacto econômico causado pelas guerras e, ocasionalmente, uma efetiva política em favor da formação de trustes.

Solomon Fabricant (1984, p. 11) pontua que desde o início, ou seja, já nos anos 1920, o NBER se voltou sistematicamente para a definição dos métodos mais adequadas à apuração e distribuição da renda nacional e à magnitude da participação do setor industrial no produto total, visando identificar os períodos de crescimento e de grandes flutuações, a começar pelo ano de 1909, quando se tem início a série estatística dos Estados Unidos. Segundo o próprio autor:

National income was a singularly appropriate subject for the Bureau's first research program. The measurements put the state of the nation's economic well-being into quantitative form, if only to a first approximation. Modern economic life is organized very largely on the basis of making and spending money incomes, so analysis of the sources of economic change should start with the measurement of the national income and its principal componentes as they changed over time. The resulting "national accounts," in today's



terms, would “set out the framework of a moving economic system.” And this framework could be expanded and fleshed out if the Bureau succeeded in establishing itself and if the necessary funds, data, and personnel became available. The framework could then be put to use in analytical studies of the many questions that troubled people – questions about the magnitude, character, process, and consequences of aggregate change in and distribution of the nation’s income (FABRICANT, 1984, p. 11).

A contribuição de Kuznets, nesse sentido, veio com a publicação em 1941 do primeiro volume de *National Income and Its Composition, 1919-1938*, livro que ele dividiu em duas partes. A Parte I abre com a discussão sobre os problemas relacionados à definição do conceito de renda nacional (Capítulo 1); o capítulo seguinte aborda as dificuldades inerentes à delimitação dos principais componentes da renda nacional; e o Capítulo 3 apresenta as bases estatísticas disponíveis à época e a discussão sobre algumas limitações decorrentes da ausência de dados. Já a Parte II, composta pelos capítulos 4, 5, 6 e 7, consiste na parte empírica do trabalho, na qual Kuznets analisa as mudanças de longo prazo e as flutuações conjunturais durante os ciclos de negócios. Nesse passo, analisa-se a renda nacional do ponto de vista dos gastos, de modo agregado, e a sua distribuição a partir dos setores industriais, dos tipos de renda e dos tipos de produtos finais transacionados.

Kuznets (1941, p. 135) define renda nacional como o valor líquido dos serviços individuais e sua contribuição para a produção dos bens econômicos de um país, ou, em outros termos, trata-se do valor dos bens e serviços produzidos pelo sistema econômico de um país descontado os custos com matérias-primas, equipamentos de capital e serviços empresariais variados consumidos durante o processo produtivo. As contas nacionais relativas ao produto e renda de um país, que atualmente são amplamente conhecidas e das quais resultam nas estimativas sobre o PIB, podem, segundo Fogel et al. (2013, p. 2-3), ser apuradas de três maneiras diferentes: i) por meio do conceito de valor adicionado, também chamado de ótica da produção, que revela quanto cada setor produtivo agrega/adiciona de valor ao PNB; ii) pela abordagem da renda, que denota quanto cada fator de produção (trabalho, terra e capital) contribui com o PNB; e iii) via ótica dos gastos, que indica como o consumo do PNB se divide entre as despesas das famílias, os investimentos empresariais, os gastos públicos e as exportações líquidas.



A renda nacional também pode ser descrita como a soma de todos os pagamentos feitos pelas empresas aos indivíduos, mais a parte poupada pelos empresários após a dedução de todos os custos e desembolsos realizados durante o processo de produção agregada dos bens e serviços realizado pela população de um determinado país, em um período de tempo específico. Nas palavras do próprio Kuznets (1941, p. 136):

Payments to individuals are predominantly in compensation for services rendered either by the individuals themselves or by their property – wages, salaries, entrepreneurial withdrawals, interest, dividends, rent. They include, however, some few payments that are not in compensation for any activity of either individuals or their property, but that must be taken into account as part of the net value product of enterprises (pensions, compensation for injury, direct relief payments, etc). Whether net savings of entrepreneurs should be included under disposable payments to individuals or be treated, similarly to the savings of corporations, as undistributed income, is another matter.

Em outro trabalho, Kuznets (1946, p. 1) parece consolidar a sua definição de renda nacional, da forma a mais sintética possível, ao afirmar que o conceito representa o produto líquido da – ou o retorno líquido sobre a – atividade econômica de indivíduos, empresas e das diversas instituições políticas e sociais que constitui uma nação. Nessa mesma linha de raciocínio, acrescenta-se que o produto nacional, ou o seu equivalente monetário (a renda nacional), é a soma dos fluxos de mercadorias e serviços com a formação líquida de capital alocada nos diversos setores da economia; ou pode-se concebê-lo também como os gastos e poupança de todos os consumidores mais o dispêndio agregado das empresas financiado pela parcela dos lucros não distribuída nas formas salários, juros e dividendos.

Por décadas, historiadores econômicos têm se esforçado na construção de estimativas sobre níveis de produção e renda nacional numa perspectiva de longo prazo, visando testar hipóteses sobre porque algumas economias crescem enquanto outras ficam estagnadas ou entram em recessão. Angus Maddison (1995, 2001 e 2007) foi um dos primeiros estudiosos a coletar e sistematizar os níveis de renda e produção entre países a fim de compará-los ao longo do tempo. Para o período anterior aos anos 1950, suas pesquisas são as únicas fontes de dados que fornecem um amplo conjunto de informações a esse respeito e, após a sua morte em 2010, o desenvolvimento do



Maddison Project Database tem incentivado e promovido a atividade de uma nova e promissora geração de pesquisadores (BOLT et al., 2018).

Fundamental nesse tipo de investigação são os ajustes metodológicos a serem feitos em relação à adoção de níveis e índices de preços adequados, de modo a viabilizar a correta comparação das performances econômicas de países ao longo dos anos. Em outras palavras, os níveis de produção ou renda, por se expressarem em valores monetários, necessitam ser convertidos por meio de uma base comum, um conversor numérico capaz de minimizar ao máximo as diferenças de poder de compra entre as populações de diferentes países. Outra alternativa é utilizar taxas de câmbio nominais que, contudo, podem somente ser representativas para os bens comercializáveis internacionalmente, não para os bens destinados aos mercados internos dos países. Ou seja, essa alternativa criaria um viés indesejável para um estudo que se propõe a comparar adequadamente os níveis transnacionais de renda.

Os trabalhos sobre PNB elaborados por Kuznets a partir dos anos 30 o permitiram desenvolver também análises a respeito da história da distribuição da riqueza por meio de um olhar acerca da renda. Thomas Piketty (2022, p. 15) afirma que Kuznets foi o primeiro a elaborar um estudo dessa natureza em 1953, quando combinou suas estimativas sobre as contas nacionais dos Estados Unidos com dados do imposto federal sobre a renda. O período abordado nesse estudo, denominado *Share of Upper Income Groups in Income and Savings*, vai do ano anterior ao início da Primeira Guerra Mundial até o imediato pós-Segunda Guerra, e o propósito perseguido foi o de estimar “a evolução da parcela das altas rendas na renda nacional”. Piketty e Emmanuel Saez (2022 [2014], p. 36) dão o devido reconhecimento ao pioneirismo de Kuznets ao observarem que:

A base de dados moderna sobre distribuição de renda tem início nos anos 1950, com o trabalho de Kuznets. Pouco tempo após ter concebido a primeira série temporal de renda nacional dos EUA, Kuznets dedicou-se a elaborar séries temporais de distribuição de renda. Ele utilizou dados de rendimentos tabulados oriundos de declarações de imposto de renda – disponíveis desde 1913, quando foi criado o imposto de renda federal nos EUA – e técnicas de interpolação estatística baseadas nas Leis de Pareto (*power laws*), para estimar rendimentos do décimo e do centésimo superiores de renda da população dos EUA. Por desagregação da renda nacional,



Kuznets obteve séries de dados correspondentes às parcelas superiores de renda nos EUA, de 1913 a 1948.

Diante do exposto até aqui, é notório que as pesquisas históricas sobre a questão da desigualdade foram se tornando cada vez mais frequentes e rigorosas a partir da segunda metade do século XX. Os anos 60 e 70 foram particularmente promissores nesse sentido. Robert Lampman (1962) utilizou dados oriundos do imposto sobre heranças nos Estados Unidos e Antony Atkinson e Allan Harrison (1978) fizeram algo parecido para o caso britânico objetivando construir séries estatísticas relativas às participações da riqueza patrimonial dos estratos superiores de renda na renda total. Piketty e Saez (2022 [2014]) comentam também acerca de pesquisas elaboradas na França, Reino Unido e nos Estados Unidos com base em declarações de heranças e processos de inventários. Nesse passo, convém discutir, mesmo que de modo breve, o estudo sobre o movimento dos preços e da renda na França do século XVIII, realizado por Labrousse, e a proposta metodológica de história quantitativa de Marczewski. É o que se apresenta a seguir.

Ernest Labrousse, Jean Marczewski e a história estatística-quantitativa

Frédéric Mauro (1969, p. 16) observa, em seu texto “Teoria econômica e história econômica”, que, embora a preocupação com dados e informações estatísticas na França tenha surgido pela primeira vez ao final do século XVII, foi somente no XIX “*que os franceses passaram a reunir séries bastante completas, mas, de qualquer maneira, rudimentares, se as confrontarmos com os trabalhos atuais de nossos Institutos de estatística e de nossa comissão do Balanço Nacional*”. O autor pondera ainda que o historiador necessita, via de regra, “extrair sua estatística” de fontes variadas que no momento em que foram elaboradas, seus autores não cogitavam esse tipo de uso nem a sua correspondente análise.

Esse foi o empenho realizado por Labrousse nos anos 30 e 40, primeiro em seu *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIII siècle*, publicado em 1933. Neste trabalho, o historiador francês analisa a diferença dos salários agrícolas em relação ao preço do trigo e à renda fundiária durante as décadas que antecederam a Revolução Francesa. A principal fonte a qual ele fez uso são as *mercuriales* – registros



oficiais de preços na França, existentes desde o século XVI, provenientes dos mercados locais de grãos. Nessa sua “história dos preços”, em conjunto com o seu livro de 1944 sobre a crise da economia francesa às vésperas da Revolução, Labrousse (1973 [1962], p. 18; 20) apresenta três categorias de variação dos preços: i) um movimento de longa duração, secular ou interdecenal, que alterna momentos de alta e baixa dos preços; ii) um movimento cíclico, ou intradecenal, também de altas e baixas, mas de duração bem mais curta e limitada pelos anos de crises; iii) e um movimento temporário, sazonal, no curso de cada ano.

É interessante notar que em 1789, quase no mês da eclosão da Revolução Francesa, o preço do trigo alcançou o seu nível máximo considerando os 56 anos transcorridos desde o início do período de alta de longa duração, em 1734. De fato, a estabilidade conferida pelo Antigo Regime permitiu a Labrousse uma avaliação mais segura do comportamento dos preços. Todavia, para o período pós 1790, a análise se torna mais desafiadora por conta do contexto inflacionário, do conjunto de mudanças sociais e institucionais provocadas pela Revolução e, talvez, em virtude também dos condicionantes os quais tempos depois levariam à Revolução Industrial.

Já quanto ao cálculo da renda nacional, Labrousse utilizou um conjunto de fontes oriundo dos arquivos eclesiásticos franceses, que contém os dados necessários para estimar as diferentes formas de renda da França setecentista, como pagamentos pelo arrendamento fundiário, dízimos e outros direitos feudais. De modo geral, tanto as rendas contratuais, pagas em espécie pelos arrendatários da terra, como as demais rendas senhoriais seguiam a tendência geral dos preços agrícolas e correspondiam aos movimentos contrários da produção e produtividade que, via de regra, se opõem ao movimento dos preços, especialmente em períodos de crises e grandes flutuações cíclicas. No caso, portanto, das rendas obtidas sobre o produto bruto (os dízimos e o *champart*⁵), evidencia-se o conflito entre rentabilidade e produtividade, pois, em momentos marcados pela coexistência de um nível mínimo cíclico de produtividade com um nível máximo generalizado dos preços, intensifica-se o conflito econômico

⁵ Sistema de pagamento por parceria, no qual o agricultor (meeiro) paga pelo arrendamento da terra ao proprietário com uma parte dos resultados da colheita.



entre os ganhos da elite feudal, os proprietários de terra, e o conjunto da população assalariada da nação (LABROUSSE, 1973 [1962], p. 195).

A história da historiografia tem associado a obra de Labrousse à chamada história serial (seriada ou estatística), ao passo que, como observa Mauro (1972, p. 307), a história quantitativa pode também ser designada como uma história contábil. Exemplo deste tipo de investida é o livro de Marczewski publicado em 1965, *Introduction a l'histoire quantitative*. Há autores que buscam fazer distinções entre essas duas modalidades de produção histórica que, diga-se de passagem, são frequentemente confundidas ou sobrepostas. A história serial visa fundamentalmente construir séries a partir do uso de determinados tipos de fontes, permitindo assim um tratamento historiográfico do problema estudado por meio da serialização de dados, no intuito de identificar tendências e ocorrências que refletem algum tipo de padrão, ou um olhar sobre as diferenças, mesmo que graduais, de aspectos que podem ser de alguma forma arrolados em séries e às vezes até mensurados. Em contrapartida, a história quantitativa se define, segundo o referido pesquisador, mais pelo seu campo de observação, e o que se pretende observar costuma ser feito mediante o emprego de dados quantitativos, com valores a serem aferidos e estimados. Nesse sentido, as técnicas de pesquisa são necessariamente estatísticas e com frequência se baseiam na síntese de dados (seja de corte ou de séries de tempo) e curvas expostas em gráficos que podem ou não estabelecer correlações entre duas ou mais variáveis. Para José D'Assunção Barros (2012, p. 208):

Exemplo de História Quantitativa “pura” é aquela que, nos anos 1950, surgiria na América do Norte a partir dos trabalhos de Simon Kuznets (1901-1985); de igual maneira, teremos também outra corrente ambientada na História Quantitativa com os trabalhos de Jean Marczewski, na França dos anos 1960. Temos aqui modelos do História Econômica que se ocuparam em classificar ano a ano, para diversos períodos históricos, os *fluxos* – incluindo tanto as produções como os intercâmbios – e os *estoques*, com vistas a resumir a atividade econômica em seu conjunto. Neste caso, configurando uma modalidade de história econômica mais empreendida por economistas que por historiadores, o enfoque de uma e outra destas correntes voltava-se para a apreensão de aspectos como a demanda de bens e serviços, a produção interna, a receita total familiar de uma sociedade, e vários outros fatores que, aos olhos de muitos, pareciam excluir a presença mais efetiva dos homens como agentes históricos, e por isto este modelo de história



econômica quantitativista recebeu críticas vindas de diversos setores historiográficos.

De fato, a quantificação dos aspectos e dos dados da história não pode ser um fim em si mesma, mas corresponde a um meio de suma importância ao campo da história econômica como instrumento complementar de explicação científica para questões e problemáticas situadas em temporalidades passadas. A esse respeito, Marzewski (1965, p. 13-14) aponta a necessidade de se construir um modelo de análise adequado à descrição dos fatos econômicos atinentes a um país, que permita a apuração precisa de todos os estágios da atividade econômica, isto é, desde a extração e emprego das matérias-primas até o consumo final, passando, portanto, pelo processo de produção, pela distribuição das rendas, das despesas, poupança e investimento. Trata-se, evidentemente, do modelo de contabilidade nacional. Nesse sentido, a análise macroeconômica a lá Kuznets de contas nacionais equivale ao modelo marzewskiano de *comptabilité nationale* que, por sua vez, corresponde ao o que Mauro (1972) entende por história contábil.

Na mesma direção seguida pelos autores norte-americanos expoentes da *Nova História Econômica*⁶, Marzewski (1965, p. 15) diferencia a história quantitativa da história a qual ele chama de tradicional, ao afirmar que os resultados os quais a primeira alcança expressam quantidades totais representativas de um conjunto de eventos econômicos que o modelo busca descrever e, nesse sentido, não são somente quantitativas *per se*, mas também o são porque exprimem a integridade das relações e dos dados quantificáveis revelados a partir de um universo histórico especificamente observado. Nesse passo, o autor define a história quantitativa como um método, uma forma de se fazer história econômica, que integra todos os fatos estudados por meio de um sistema de contas interdependentes capaz de fornecer os agregados quantitativos determinados pelos dados que são próprios desse sistema. Este compõe-se, portanto, de dados agregados sobre produção interna, distribuição da renda, demanda agregada e poupança (renda disponível), operações financeiras públicas e privadas (inclusive investimentos, gastos de capital) e saldo do comércio exterior. O valor da produção

⁶ A respeito do método de investigação dessa corrente historiográfica, e da diferença entre “história tradicional” e “história científica”, ver Fogel and Elton (1983).



somado às importações deve ser necessariamente igual ao consumo mais a formação de capital e as exportações, da mesma forma que a soma da renda bruta deve equivaler ao valor da produção adicionada menos o montante de impostos indiretos, mais os subsídios concedidos pelo governo nacional. Já a renda disponível corresponde ao consumo somada à poupança que, por sua vez, são iguais aos investimentos domésticos e às entradas autônomas de capital vindo do exterior. Em suma, a proposta marczewskiana de história quantitativa é *ipsis litteris* o que se conhece atualmente como a análise da contabilidade nacional.

Julio Aróstegui (2006 [2001], p. 169) pondera que a proposta de Marzewski, no entanto, “*teve poucos resultados práticos na pesquisa concreta*”, relativizando sua contribuição ao afirmar que o processo de transformar os fatos observados da história em dados de um problema teórico ou empírico consiste em algo elementar da tarefa do todo e qualquer historiador, pois “*é, naturalmente, a primeira operação crucial de uma pesquisa científica*” (ARÓSTEGUI, 2006 [2001], p. 439). Não obstante, é interessante notar que se no início, nos anos 30, a história dos preços de Labrousse se voltava mais para a análise das conjunturas econômica e social, com o passar do tempo as pesquisas se deslocaram para outros eixos temáticos, passando a enfatizar mais os aspectos estruturais que marcam os movimentos seculares, e outros movimentos de médio e longo prazos, e é nesse sentido que surge o quantitativismo de Marzewski, uma proposta evidente de se buscar consolidar – a exemplo do que fez Kuznets nos Estados Unidos – o que poderíamos chamar de história da produção e do crescimento econômico, na França em particular e na Europa como um todo.

A despeito das críticas que recaem sobre a “história estatística”, ou quantitativa, a asserção de François Furet (1976 [1974], p. 58), feita em seu conhecido artigo publicado originalmente em 1971, segue válida, haja vista que o uso de séries nos estudos históricos só adquire sentido epistemológico se adotado sob uma perspectiva de longo prazo, visando distinguir as oscilações curtas ou cíclicas das tendências temporais dos variados aspectos da vida econômica e social. Tomemos Labrousse (1948) como exemplo novamente, o historiador francês constatou a tendência de queda do salário real na França entre 1815 e 1851. Na baixa mais acintosa, em 1847-48, o salário industrial sofreu um recuo de 30%, ao passo que o preço do pão praticamente dobrou. Para o



autor, essa é uma das principais explicações para o agravamento das tensões sociais que levaram à Revolução de 1848.

O mérito dos trabalhos de Labrousse e Marzewski está em suas propostas metodológicas, o que certamente não invalida, em hipótese alguma, seus principais resultados de pesquisa. Pelo contrário, a contribuição pioneira de Labrousse em torno das séries históricas dos preços na França é indiscutível⁷; da mesma forma, que a abordagem marzewskiana se insere no debate que marcou intensamente o campo da historiografia dos anos 60, especialmente, mas também o dos anos 70, tanto nos Estados Unidos com a chamada “revolução cliométrica”, como na França, quando em 1974 Jacques Le Goff e Pierre Nora publicam a coletânea de textos que ficou conhecida como o manifesto, uma visão de conjunto, do movimento dos *Annales*. Trata-se do livro *Faire de l’histoire*.

A difusão pretendida por Marzewski dos princípios da contabilidade nacional associados à perspectiva de uma história quantitativa exerceu influência decisiva sobre as novas gerações de pesquisadores que têm investigado a questão da desigualdade entre classes sociais e países. Ademais, não se faz fundamentalmente necessário frisar a enorme influência exercida pelos *Annales* entre 1930 e 1980 sobre todas as ciências sociais na França, tendo em vista que essa discussão já está bem consolidada pela bibliografia especializada na história da historiografia. Da mesma forma que é inegável a associação entre o institucionalismo norte-americano da primeira metade do século XX (Thorstein Veblen e os já mencionados Mitchell e Commons) com o que se tornaria, a partir do final dos anos 50 e início dos 60 nos Estados Unidos, a “história cliométrica” de Alfred Conrad, John Meyer, Robert Fogel, Stanley Engerman, Peter Temin e Albert Fishlow, para citar apenas alguns, e o novo institucionalismo de Douglass North e Oliver Williamson. Sem dúvida, Walt Rostow, Alexander Gerschenkron e evidentemente Kuznets são três das principais referências que, por meio de seus estudos, cursos e seminários pautaram a agenda de pesquisa da primeira geração, e de todas as outras que vieram em seguida, do que se denomina *Nova História Econômica e Nova Economia Institucional*. Escolas cujas referências teórico-metodológicos são

⁷ Não se deve esquecer também de François Simiand, outro autor pioneiro que inaugura os estudos seriais sobre salários na França em 1932, com o trabalho *Le salaire, l’évolution sociale et la monnaie*.



predominantes nos principais centros acadêmicos dos Estados Unidos, de parte da Europa, e dos demais países de origem anglo-saxã.

Do ponto de vista da discussão proposta neste capítulo, o procedimento metodológico dos historiadores econômicos adeptos da cliometria é basicamente o que em estatística entende-se por teste de hipótese. A partir de uma teoria, busca-se formular e testar a validade de uma ou de algumas hipóteses. Estas, por sua vez, devem ser testada quantitativamente por meio da seleção e sistematização de um conjunto suficiente de dados. Luiz Paulo Nogueiról (2008, p. 92) esclarece o percurso seguinte ao pontuar que:

Uma vez obtido os dados, usam-se testes estatísticos específicos (diferença de médias, mínimos quadrados ordinários, máxima verossimilhança, etc) para refutar a hipótese. Se ela é refutada, então afirma-se que ela está equivocada, podendo ser descartada. Se ela não é refutada, isto não quer dizer que ela é válida, mas apenas que os testes não a refutaram, podendo haver outros testes que venham a refutá-la.

De todo modo, os métodos e técnicas de pesquisa empregados pelos cliometristas (ou cliômetras) seguem a risca os ditames das ciências econômicas em seus intuitos de investigar os fenômenos da história. Não há dúvidas de que em se tratando de objetos de estudo típicos da atividade humana que consiste na produção, distribuição e consumo de bens e serviços, é evidente que as teorias e os métodos da análise econômica são os mais indicados para serem empregados pelos historiadores, como defendido por Marzewski em sua proposta de história quantitativa. A esse respeito, voltemos, no entanto, a Kuznets que, em artigo publicado em 1955, consagrou a curva em formato de U invertido, que relaciona o nível de desigualdade, das rendas e dos salários, com o processo de desenvolvimento gerado pela industrialização e urbanização de sociedades agrícolas tradicionais. O argumento ilumina o fato de que no início desse processo urbano-industrial, a desigualdade se mostra crescente até alcançar um ponto de estabilização para, em seguida, começar a sofrer uma redução significativa.

À luz da perspectiva histórica, diversos estudos comprovam que a primeira metade do século XIX se caracterizou por um alto nível de desigualdade entre os países e, considerando apenas os países ocidentais, tal divergência dos níveis de riqueza começou a diminuir a partir da segunda metade do século. No entanto, a queda mais



substancial da desigualdade no mundo ocorreu somente no período do pós Segunda Guerra Mundial, num movimento que os economistas passaram a chamar de “convergência”, voltando novamente a crescer a partir dos anos 1980 e 1990 (PIKETTY, 2015 [1997]). Assim, a seção a seguir deste capítulo, busca repertoriar uma parte dessa literatura de modo a avaliar como determinadas abordagens, sobre a evolução de indicadores macroeconômicos selecionados, tem contribuído para o avanço da pesquisa serial e quantitativa acerca da convergência ou divergência dos níveis de prosperidade, riqueza e bem-estar.

História da igualdade ou da desigualdade de renda?

Nas últimas décadas, historiadores econômicos têm construído estimativas cada vez mais precisas sobre os níveis de produção e renda, seja por meio da utilização de fontes oficiais relativas às contas nacionais dos países, em particular para o período a partir de 1950, seja por meio da reconstrução de séries para os períodos mais recuados no tempo. Estimativas acerca do produto real per capita dos países exigem a comparação dos preços de bens e serviços comercializáveis e não-comercializáveis internacionalmente, da qual se deriva o conceito de taxa de câmbio em paridade do poder de compra (PPC), ou PPP (*purchasing power parity*) na sigla em inglês. A propósito, Leandro Prados de la Escosura (2000) observa que taxas de câmbio em PPC baseadas em extrapolações a partir de anos recentes, por exemplo 1990, levam a resultados implausíveis em abordagens dedicadas aos anos anteriores a 1950. Alternativamente, o autor sugere que a análise se apoie na regularidade da relação entre preço e renda, de modo que a estimação dos preços relativos esteja apoiada em bases históricas adequadas à realidade do sistema de preços do período estudado. Nesse sentido, em momentos de guerra ou de crises econômicas, tais estimativas se tornam menos confiáveis em virtude da excessiva volatilidade dos preços.

Angus Deaton (2016 [2013], p. 259-262), no entanto, é categórico ao afirmar que a utilização da taxa de câmbio em PPC corresponde à melhor técnica de comparação entre preços e custo de vida em países diferentes, porque é o meio mais adequado de estabelecer um parâmetro comum que confere o mesmo poder de compra às populações que vivem em regiões distintas. Segundo o autor, as primeiras estimativas



dessa natureza foram realizadas em meados da década de 1970, com respeito a seis países, por um grupo de economistas liderado por Irving Kravis, Robert Summers e Alan Heston. Quando se busca comparar padrões de vida ao redor do mundo ou se calcula níveis de pobreza ou desigualdade globais, observa Deaton, “*as taxas de câmbio em PPC são sempre as ferramentas corretas a usar*”, embora estejam longe de serem perfeitas.

Como já se salientou, o PNB se define como o valor de todos os bens e serviços transacionados por um país durante certo período, em geral de um ano, e a reconstrução de séries históricas sobre renda e produto nacionais é a forma mais usual na qual pesquisadores testam suas hipóteses sobre como e porque as economias crescem ou se retraem ao longo do tempo. É comum também se comparar esses indicadores macroeconômicos com os mesmo dados correspondentes de uma economia considerada líder, como a dos Estados Unidos para os séculos XX e XXI ou a do Reino Unido para o XVIII e XIX. Não obstante, indicadores como o PNB e o PIB têm limitações, pois não incluem, por exemplo, as dimensões não-monetárias do bem-estar das populações e podem, inclusive, apresentarem divergências com outras medidas mais específicas de padrão de vida, as quais levam em conta aspectos qualitativos relacionados seja ao acesso a serviços de saúde e lazer, seja à desigualdade em termos mais gerais entre famílias e indivíduos de diferentes níveis de renda. De qualquer forma, o produto interno é comumente utilizado para se apurar e comparar índices de produtividade entre os países, além de ser o indicador básico que nos leva a identificar as principais fontes dos rendimentos de uma economia nacional.

Piketty (2022 [2021], p. 31) faz uma ressalva importante ao observar que análises de longo prazo sobre níveis de renda devem prescindir de medidas médias e agregadas e “*voltar-se para a distribuição real das riquezas entre as classes sociais, tanto dentro dos países quanto em nível mundial*”. Isto porque as progressões, ou regressões, da renda média ao longo do tempo apresentam problemas de interpretação, já que compará-las dentro de uma sociedade específica ou entre países durante um período relativamente curto (uma escala de alguns anos ou algumas dezenas de anos) faz mais sentido do que quando se amplia em demasia o período do estudo, ou se compara sociedades significativamente distintas dos pontos de vista cultural e



institucional. Nestes casos, a análise perde sua capacidade de apreensão da realidade histórica e ao mesmo tempo, reconhece o autor, nenhum indicador macroeconômico unidimensional é suficiente para se chegar a conclusões categóricas sobre o percurso histórico dos níveis de progresso social. Alternativamente, o melhor consiste em adotar uma abordagem multidimensional “*a fim de avaliar a evolução do acesso a bens concretos, como educação, saúde, alimentação, vestuário, moradia, transporte, cultura, e assim por diante*” (PIKETTY, 2022 [2021], p. 32).

Mesmo quando se estuda um único país, as medidas agregadas geralmente escondem níveis consideráveis de desigualdade por conta das diferenças internas regionais. Este argumento é válido para países como Brasil, Itália e Estados Unidos por exemplo, que historicamente apresentam padrões distintos de desenvolvimento entre suas regiões norte e sul. No caso dos Estados Unidos, Jeffrey Williamson e Peter Lindert (1980) argumentam que a significativa presença de indivíduos escravizados na porção sul do país, entre 1690 e 1770, fez aumentar a desigualdade porque tal parcela populacional pode ser considerada como parte da riqueza, como um ativo patrimonial, da parcela livre da população, além de pessoas sem qualquer tipo de propriedade. Aliado a isso, ao longo do século XIX, o número de escravizados sulistas quadruplicou entre 1800 e 1860, passando de 1 para 4 milhões (PIKETTY, 2022 [2021], p. 69). Robert Margo (2000) identificou, a partir de dados censitários de 1850 e 1860, diferenças de salários mais acentuadas entre as regiões dos Estados Unidos do que entre trabalhadores rurais e urbanos de uma mesma região do país. Assim, o pesquisador explica o aumento da desigualdade no século XIX pelo surgimento do sistema fabril que demandava novas habilidades ocupacionais como, por exemplo, as dos chamados *white-collar workers*, cuja oferta desse tipo de mão de obra era inelástica até o início do século XX.

Elaboradas em dólares internacionais (Geary-Khamis) de 1990, as estimativas presentes em Maddison (2007) permitem uma comparação suficientemente fiável das participações dos países desenvolvidos e em desenvolvimento no PIB global, entre 1820 e 2008. Tais participações estimadas pelo autor sobre população e renda mundiais são amplamente aceitas pela historiografia especializada em contas nacionais Assim, o grande descompasso entre a renda per capita desses dois grupo de países, iniciado em



1820, se encerrou por volta do final dos anos 1970. A partir daí, segundo Deepak Nayyar (2014 [2013], p. 94-95), “*tornaram-se discerníveis os modestos primórdios de uma convergência*” dos níveis nacionais de renda. No tocante aos países em desenvolvimento, a convergência iniciada por volta de 1980 se restringiu à Ásia e, a esse respeito, importa observar a ocorrência de uma progressiva redução do descompasso do nível de renda de países como China, Coréia do Sul, Taiwan e Singapura em relação aos países desenvolvidos, particularmente a partir dos anos 1990.

A cerca de cinquenta anos atrás, a Coréia do Sul, por exemplo, tinha um PIB per capita entre 350 e 400 dólares, equivalente a um pouco mais de um dólar por dia para cada indivíduo sul-coreano; semelhante, portanto, à situação dos países mais pobres do continente africano (SPENCE, 2012, p. 22). Hoje, o país detém um PIB per capita de aproximadamente US\$ 35.000, segundo o Banco Mundial. Singapura também saltou de uma renda média de 428 dólares, em 1960, para a impressionante marca dos US\$ 72.794, em 2021, como consequência da transformação de uma pequena ilha pesqueira em um dos maiores portos e centros financeiros mundiais da atualidade. A tabela a seguir, põe em perspectiva a trajetória de crescimento da renda per capita do Brasil e de outros países asiáticos.

Renda per capita de países selecionados

País	Período no qual o crescimento do PIB foi de 7% a.a. ou mais	Renda per capita do início do período e em 2005*	
Brasil	1950-1980	960	4.000
China	1961-2005	105	1.400
Indonésia	1966-1997	200	900
Japão	1950-1983	3.500	39.600
Malásia	1967-1997	790	4.400
Singapura	1967-2002	2.200	25.400
Taiwan	1965-2002	1.500	16.400
Tailândia	1960-1997	330	2.400

* Em dólares constantes de 2000.

Fonte: Spence (2012, p. 54).



Como é possível notar, Japão, Singapura e Taiwan são os países com os melhores desempenhos econômicos, seguidos de Brasil e Malásia, Tailândia e China e, por fim, a Indonésia. De qualquer forma, as dinâmicas de crescimento de cada país e região são distintas nos anos 1980, 1990 e 2000. No caso do Brasil, e de outros países da América Latina, observa-se que, se durante os anos 1970 a distância entre os níveis de renda em relação aos países desenvolvidos como o Japão diminuiu, a divergência voltar-se-ia a se manifestar até o final do século XX. Nesse mesmo sentido, a discrepância da renda dos países asiáticos que foi maior do que a dos países latino-americanos nos anos 1970 e 80, recuou consideravelmente na década de 1990 e se tornou ainda menor que a do conjunto dos países em desenvolvimento na década seguinte. É por essa razão que Singapura e Taiwan, mas também Coréia e Hong Kong, alcançaram níveis de renda per capita compatíveis com os dos países de industrialização avançada, num evidente movimento de convergência.



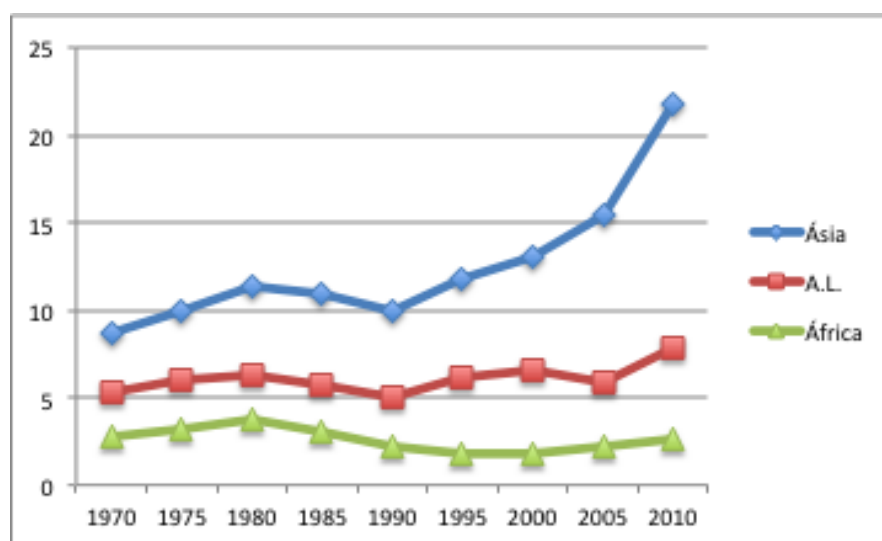
PIB a preços correntes e a taxas de câmbio de mercado, 1970-2010 (bilhões de dólares)

Ano	PIB mundial	PIB per capita dos países desenvolvidos [1]	PIB per capita dos países em desenvolvimento [2]	PIB per capita dos países em desenvolvimento/PIB mundial (%)	[2]/[1] (%)
1970	3.283	2.873	209	16,7	7,3
1975	6.410	5.387	416	19,2	7,7
1980	11.865	9.710	772	21,4	8,0
1985	12.993	10.761	697	19,6	6,5
1990	22.206	19.303	947	17,3	4,9
1995	29.928	24.898	1.324	19,7	5,3
2000	32.244	25.711	1.444	21,6	5,6
2005	45.722	33.977	2.081	23,6	6,1
2010	63.151	39.723	3.715	32,2	9,4

Fonte: Nayyar (2014 [2013], p. 100).

A despeito dos dados acima, há diferenças significativas entre as regiões que compreendem o grupo dos países em desenvolvimento. Nayyar (2014 [2013], p. 102) esclarece que a participação da América Latina no PIB mundial ficou entre 5 e 6% de 1980 a 2005, elevando-se para 10% em 2010. Já a Ásia teve um aumento consistente desse seu índice; se em 1970 os países do continente participavam com 8,7% do PIB mundial, quarenta anos depois chegaram a 21,8%, enquanto os países latino-americanos e africanos participaram com 7,8% e 2,6%, respectivamente, em 2010. A figura abaixo ilustra a tendência descrita.

Distribuição do PIB no mundo em desenvolvimento, 1970-2010 (como porcentagem do PIB mundial)



Fonte: Nayyar (2014 [2013], p. 102).



Os perfis das curvas deixam entrever um caráter marcante do mundo em desenvolvimento, a sua evidente divergência. Enquanto as três regiões seguiam movimentos semelhantes em termos de oscilações entre 1970 e 1990, aumentando suas participações no PIB mundial na primeira década e diminuindo nos anos 1980, o padrão a partir de 1990 se torna específico a cada região. Como já se assinalou, as economias asiáticas deslancharam progressivamente, ao passo que as latino-americanas aumentaram em apenas 1,6% suas participações na renda mundial na década de 90 (de 5,0% para 6,6%) e as economias dos países africanos recuaram de 2,2% para 1,8%, aumentando assim as defasagens dos níveis de renda entre os países em desenvolvimento. A Ásia teve um aumento médio da participação no PIB mundial de 14,4% de 1990 a 2010; já África e América Latina experimentaram incrementos bem mais modestos, de 2,1% e 6,3%, respectivamente. De qualquer forma, considerado em conjunto e puxado pela performance dos países asiáticos, a proporção do PIB per capita dos países em desenvolvimento em relação ao mesmo indicador dos países desenvolvidos praticamente dobrou de 1990 para 2010, de 4,9% para 9,4%.

Nayyar (2014 [2013], p. 106) pontua que essa razão percentual, expressa em preços correntes e a taxas de câmbio de mercado, se elevou lentamente nos anos 1970, sofreu uma queda nos 80, recuperou-se em parte, e portanto de modo desigual, na década de 1990 e aumentou mais contundentemente na década posterior. Em suma, afirma o autor, “*A divergência parece haver chegado ao fim primeiro, mas a convergência, embora modesta, começou na década de 2000*”. Já a propósito dos países desenvolvidos, Deaton (2016 [2013]), p. 270-271) tece observações extremamente esclarecedoras:

Nesses países, onde as instituições políticas, médicas e econômicas possibilitaram a adoção de mudanças, embora a diferentes velocidades nos diferentes países, assistimos a uma notável convergência dos rendimentos médios, mesmo que a taxa de progresso material tenha abrandado recentemente. Para estes países, a nova tecnologia está a *reduzir* a desigualdade de rendimentos, do mesmo modo que reduziu a desigualdade na saúde.

A convergência dos rendimentos médios ao longo destes países não nos diz nada sobre o que estava a acontecer *dentro* de cada um deles. Com efeito, já vimos que num país, os Estados Unidos, o crescimento do rendimento médio não tem sido partilhado de forma abrangente. O facto de os países estarem a convergir não implica que todos os cidadãos do mundo rico como um todo também estejam a convergir.

[...]



Acostumámo-nos a um mundo de crescimento económico e de redução das diferenças entre países, pelo menos para quem vive no mundo rico e tiver nascido após 1945. Os elevados padrões de vida são uma realidade normal e espera-se confiantemente que haja mais crescimento económico. As diferenças de rendimentos e de saúde entre os países reduziram-se; as viagens tornaram-se mais rápidas, mais baratas e mais fáceis; e a informação está disponível de forma instantânea em toda a parte.

Mas o resto do mundo não tem seguido esse percurso em todos esses aspectos vinculados ao progresso material e ao bem-estar social, aponta o autor, pois os dados disponíveis, mesmo que suscetíveis a erros de medição que podem superestimar os graus de dispersão da renda entre países, indicam que a desigualdade internacional dos rendimentos médios não se reduziu ao longo do tempo e, entre os países mais pobres do mundo, a dispersão dos rendimentos tem, inclusive, e de modo ainda mais crítico, aumentado (DEATON, 2016 [2013], p. 271).

Com efeito, e diante dos fatos e especificidades apontados acima, está claro que a dinâmica econômica do mundo hoje é bem diferente da dinâmica de crescimento que marcou *Les Trente Glorieuses*, que é como os franceses denominam os trinta anos seguintes à Segunda Guerra. O crescimento econômico desse período foi puxado fundamentalmente pelo expressivo crescimento da produtividade do trabalho. Nos Estados Unidos, por exemplo, o aumento da *Produtividade Total dos Fatores* (PTF), no entanto, entre 1920 e 1970 foi quatro vezes mais célere do que entre 1890 e 1920: 0,46% por ano de 1880 a 1920, contra 1,89% entre 1920 e 1970 (GORDON, 2016, p. 575). A respeito desse indicador, houve um significativo aumento, porém de curta duração, em 1995, seguido de uma desaceleração a partir de 2004, como observam Abhijit Banerjee e Esther Duflo (2020 [2019], p. 187 e 191). Em 2018, a PTF nos Estados Unidos cresceu em média 0,94% apenas, diante de uma aceleração do crescimento do PIB. Nesse sentido, tais autores se questionam: *será que a mensuração do PIB, na melhor das hipóteses um mero exercício de adivinhação, está de alguma maneira deixando de captar toda a alegria e a felicidade que a economia está nos trazendo?*

Considerações finais

Vimos neste capítulo que a consolidação do que se pode chamar de *análise sobre o moderno crescimento econômico*, a partir da organização das estatísticas nacionais,



resultou dos trabalhos elaborados entre os anos 1930 e 1960 por Kuznets, nos Estados Unidos, e Labrousse e Marczewski, na França, embora há registros de esforços muito anteriores realizados com intuítos semelhantes por indivíduos que já se preocupavam com a questão da mensuração dos níveis de progresso material das sociedades desde o século XVII. O cientista inglês William Petty (1623-1687) utilizou, em seu livro póstumo intitulado *Political Arithmetick* de 1690, dados reais sobre a Inglaterra, que incluem estimativas de valores para o fator trabalho, bem como para a terra e o capital, visando estimar “a riqueza total da nação”, ou seja, antes, portanto, do trabalho seminal de Smith de 1776. Petty, em conjunto com o estatístico inglês Gregory King (1648-1712) – autor do primeiro grande levantamento de dados populacionais da Inglaterra – são, de fato, os promotores pioneiros da utilização dos métodos empíricos da ciência aos campos político, financeiro e econômico dos países.⁸

De modo geral, a análise ensejada neste capítulo nos permite afirmar que o estudo da contabilidade nacional realizado regularmente nos dias atuais é herdeiro direto dos trabalhos de contas nacionais promovidos por Kuznets, das séries históricas dos estudos de Labrousse e da história quantitativa defendida por Marczewski. As séries temporais formam a base de uma história estatística que é a principal referência analítica dos estudos quantitativos sobre o produto e a renda nacionais. Assim, estatística e história se vinculam de modo a proporcionar uma metodologia de pesquisa fundamental para a organização das principais informações do Estado e das “coisas do Estado”. Essas séries estatísticas elaboradas a cada período formam o conjunto de dados que são frequentemente considerados pelos governos e institutos de pesquisa para comparar o desempenho econômico e social dos diversos países do globo.

A história seriada e quantitativa das últimas quatro décadas indica uma diminuição da pobreza global, haja vista que a renda dos 50% na base da população mundial tem crescido mais rápido do que a dos 49% acima deles, o que inclui quase toda a população da Europa e dos Estados Unidos. Mas, sem sombra de dúvidas, a

⁸ McCloskey (2017, p. 11) pontua que: “Desde o berço, a ciência social vem acompanhada de números. Os aritméticos políticos ingleses William Petty e Gregory King, e os demais do final do século XVII (prenunciados no início do mesmo século, como em tantas outras coisas que consideramos ingleses, por alguns holandeses), queriam, acima de tudo, saber Quanto, Que total, Qual parte. Era uma obsessão totalmente inédita. Que se pode chamar de burguesa.”



parcela da população que mais tem se beneficiado economicamente é o 1% do topo da renda mundial, isto é, os ricos dos países desenvolvidos e os super-ricos do mundo em desenvolvimento, que, em conjunto, açambarcaram 27% do crescimento do PIB global entre 1980 e 2016. Já os 50% da base ficaram com somente 13% desse crescimento (ALVAREDO et al. 2018). Ademais, se compararmos a renda média dos 10% mais ricos do mundo com os 50% mais pobres, perceberemos que a desigualdade não recuou muito nos últimos 110 anos. Enquanto em 1910 a renda do primeiro grupo era 41 vezes maior do que a do segundo grupo, em 2020, tal relação diminuiu um pouco apenas, para 38 vezes (The World Inequality Report, 2022 – disponível em <https://wir2022.wid.world/>).

As razões da resiliência desse descompasso continuam sendo tema de grandes debates entre os pesquisadores. Economistas, em geral, sustentam que os países pobres devem investir maciçamente em educação e oferecer incentivos diversos ao capital privado visando o desenvolvimento de boas ideias e inovações tecnológicas. Assim, a produtividade experimentaria incrementos e as chances do círculo virtuoso do crescimento acontecer se tornariam maiores. Mas as explicações para a persistência no tempo da desigualdade dos níveis internacionais de renda têm se voltado com frequência para a questão das instituições. Uma das hipóteses é a de que os países pobres carecem de “boas instituições” – capacidade governamental, sistema jurídico e fiscal funcional, garantia de direitos de propriedade, boa reputação e confiabilidade entre os agentes, respeito aos contratos, etc.

O fato é que ainda é grande o número de pessoas no mundo que vive em situação de extrema pobreza, isto é, com menos de 1,00 ou 1,25 dólares por dia. Mesmo em um país avançado como os Estados Unidos, o crescimento econômico pouco contribuiu para a redução da pobreza, especialmente após 1975 (DEATON, 2016 [2013], p. 286). As perspectivas otimistas sobre o tema da convergência, de autores como Robert Solow (1956), e o próprio Kuznets (1953), para quem a desigualdade de renda cai à medida que novos setores manufatureiros emergem oferecendo melhores salários, têm sido refutadas por estudos mais recentes produzidos por especialistas no assunto.



Seria demasiado da nossa parte avançarmos aqui na discussão sobre as causas da divergência dos padrões de vida ao redor do mundo, mas, todavia, convém chamar a atenção para o que Piketty e Saez (2022 [2014], p. 50) destacam como uma possível explicação para o aumento da desigualdade no mundo durante as últimas décadas. Eles mencionam a crescente competição por qualificação da mão de obra como um fator importante para o agravamento das disparidades dos níveis de renda, uma vez que em muitos países observa-se um expressivo descompasso entre oferta e demanda por trabalhadores qualificados.

Seja como for, e para encerrar estas linhas, o caminho a ser percorrido para reduzir a desigualdade e as injustiças dela decorrentes passa pelo constante aperfeiçoamento das instituições dos países, principalmente dos mais pobres, e pela adoção de políticas distributivas (em particular do ponto de vista tributário), educacionais e de desenvolvimento industrial e tecnológico. Nesse sentido, níveis de poupança e de divisas adequados, crédito e financiamento a custos razoáveis e o comprometimento dos governos com o direcionamento correto dos recursos, são elementos fundamentais para um efetivo combate à pobreza e ao baixo nível de vida das populações mais carentes do mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMITZKY, Ran. Economics and the Modern Economic Historian. *Journal of Economic History* 75 (4), 2015, pp. 1240-1251.
- ALCHON, Guy. *The Invisible Hand of Planning: Capitalism, Social Science, and the State in the 1920*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1985.
- ALLEN, Robert C.; Ó GRADA, Cormac. On the Road Again with Arthur Young: English, Irish, and French Agriculture during the Industrial Revolution. *Journal of Economic History* 48, n. 1, 1988, pp. 93-116.
- ALVAREDO, Facundo et al. "World Inequality Report 2018: Executive Summary". In *World Inequality Lab*, 2018.
- ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Trad. Bauru, SP: Edusc, 2006 [2001].
- ATKINSON, Anthony; HARRISON, Allan J. *Distribution of Personal Wealth in Britain*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.
- BARROS, José D'A. A história serial e história quantitativa no movimento dos Annales. *História Revista* 17, n. 1, 2012, pp. 203-222.
- BANERJEE, Abhijit V.; DUFLO, Esther. *Boa economia para tempos difíceis*. Trad. Rio de Janeiro: Zahar, 2020 [2019].
- BOLT, Jutta et al. Rebasings 'Maddison': New Income Comparisons and the Shape of Long-Run Economic Development. *Groningen Growth and Development Centre Research Memorandum* 174, 2018.
- BURKE, Peter. *História e teoria social*. Trad. São Paulo: Ed. Unesp, 2002 [1992].
- BURNS, Arthur F. "Introductory Sketch". In *Wesley Clair Mitchell: The Economic Scientist*. New York: NBER, 1952.
- CLARK, Colin. *National Income and Outlay*. London: MacMillan and Co., 1937.



- CRAIG, Lee A. "Measuring economic growth and the standard of living". In Robert Whaples and Randall E. Parker (eds.) *Routledge Handbook of Modern Economic History*. London and New York: Routledge, 2013, pp. 23-32.
- DEATON, Angus. *A grande evasão: saúde, riqueza e as origens da desigualdade*. Trad. Lisboa: Editorial Presença, 2016 [2013].
- FABRICANT, Solomon. Toward a Firmer Basis of Economic Policy: The Founding of the National Bureau of Economic Research. Disponível em: <https://www.nber.org/sites/default/files/2021-10/sfabricantrev.pdf>.
- FISHER, Irving. Economists in Public Service: Annual Address of the President. *American Economic Review* 9, n. 1, 1919.
- FOGEL, Robert W.; ELTON, Geoffrey R. *Which Road to the Past? Two Views of History*. New Haven, CT: Yale University Press, 1983.
- FOGEL, Robert W. et al. *Political Arithmetic: Simon Kuznets and the Empirical Tradition in Economics*. Chicago and London: University of Chicago Press, 2013.
- FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Trad. Bauru, SP: Edusc, 1998 [1982].
- FURET, François. "O quantitativo em história". In Jacques Le Goff e Pierre Nora (dir.) *História: novos problemas*. Trad. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1976 [1971], pp. 49-63.
- GORDON, Robert. *The Rise and Fall of American Growth*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2016.
- HUGHES, Jonathan; CAIN, Louis P. *American Economic History*. 7th ed. New York: Prentice-Hall, 2007.
- KUZNETS, Simon. *National Income and Its Composition, 1919-1938*. Vol. I. New York: National Bureau of Economic Research, 1941.
- _____. *National Income: A Summary of Findings*. New York: National Bureau of Economic Research, 1946.
- _____. *Shares of Upper Income Groups in Income and Savings*. Nova York: National Bureau of Economic Research, 1953.
- _____. Economic Growth and Economic Inequality. *American Economic Review*, n. 45, 1955, pp. 1-28.
- _____. *Secular Movements in Production and Prices. Their Nature and their Bearing upon Cyclical Fluctuations*. New York: Augustus M. Kelley - Publishers, 2nd ed. 1967 [1930].
- LABROUSSE, Camille-Ernest. *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIII^e siècle*. Paris: Dalloz, 1933.
- _____. *La crise de l'économie française à la fin de l'ancien régime et au début de la Révolution*. Paris: Presses Universitaires de France, 1944.
- _____. *Le mouvement ouvrier et les idées sociales en France de 1815 à la fin du XIX^e siècle*. Paris: CDU, 1948.
- _____. *Fluctuaciones económicas e historia social*. Trad. Madrid: Editorial Tecnos, 1973 [1962].
- LAMPMAN, Robert J. *The Share of Top Wealth-Holders in National Wealth*. Princeton: Princeton University Press, 1962.
- MARCZEWSKI, Jean. *Introduction a l'histoire quantitative*. Genève: Librairie Droz, 1965.
- MADDISON, Angus. *Monitoring the World Economy 1820-1992*. Paris: Organization for Economic Cooperation and Development, 1995.
- _____. *The World Economy: A Millennial Perspective*. Paris: Organization for Economic Cooperation and Development, 2001.
- _____. *Contours of the World Economy, 1 – 2030 AD: Essays in Macroeconomic History*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- MARGO, Robert A. *Wages and Labor Markets in the United States, 1820-1860*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 2000.
- MAURO, Frédéric. *Nova história e novo mundo*. São Paulo: Perspectiva, 1969.
- _____. Da história seriada ou estatística à história frequencial ou estrutural: o caso do Brasil. *Revista Brasileira de Economia* 26 (3), 1972, pp. 303-310.
- McCLOSKEY, Deirdre. *Os pecados secretos da economia*. Trad. São Paulo: Ubu, 2017.
- MITCHELL, Wesley C. Statistics and Government. *Publications of the American Statistical Association* 16, n. 125: 223, 1919.



- MOURA FILHO, Heitor P. de. O uso da informação quantitativa em História – Tópicos para discussão. *Locus: revista de história*, v. 14, n. 1, 2008, pp. 41-83.
- NAYYAR, Deepak. *A corrida pelo crescimento: países em desenvolvimento na economia mundial*. Trad. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014 [2013].
- NOGUERÓL, Luiz Paulo F. Histórias Econômicas de Economistas – Cliometria e Nova Economia Institucional. *Locus: revista de história*, v. 14, n. 1, 2008, pp. 85-105.
- PIKETTY, Thomas. *A economia da desigualdade*. Trad. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015 (1997).
- _____. *Uma breve história da igualdade*. Trad. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2022 [2021].
- PIKETTY, Thomas; SAEZ, Emmanuel. “Desigualdade no longo prazo”. Trad. In Fernando A.M. de Mattos, João Hallak Neto e Fernando G. Silveira (orgs). *Desigualdades: visões do Brasil e do mundo*. São Paulo: Hucitec, 2022 [2014].
- PRADOS DE LA ESCOSURA, Leandro. International Comparisons of Real Product, 1820-1990: An Alternative Data Set. *Explorations in Economic History* 37 (1), 2000, pp. 1-41.
- SIMIAND, François. *Le salaire, l'évolution sociale et la monnaie*. Paris: Alcan, 1932, 3 vol.
- SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. Trad. São Paulo: Abril Cultural, 1983 [1776].
- SOLOW, Robert M. A contribution to the theory of economic growth. *Quarterly Journal of Economics* 70 (1), 1956, pp. 65-74.
- SPENCE, Michael. *The next convergence: the future of economic growth in a multispeed world*. New York: Picador, 2012.
- TUCKER, George. *Progress of the United States in Population and Wealth in Fifty Years, as Exhibited by the Decennial Census*. New York: Hunt's Merchants' Magazine, 1843.
- WILLIAMSON, Jeffrey G.; LINDERT, Peter H. *American Inequality: A Macroeconomic History*. New York: Academic Press, 1980.